



**MINIONU**  
*25 anos*  
**AS HISTÓRIAS DO FUTURO**

**UNESCO (2016)  
INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO  
DA EDUCAÇÃO**

**GUIA DE  
ESTUDOS**

**DIRETORAS**

**HADASSA AMORIM BISI**

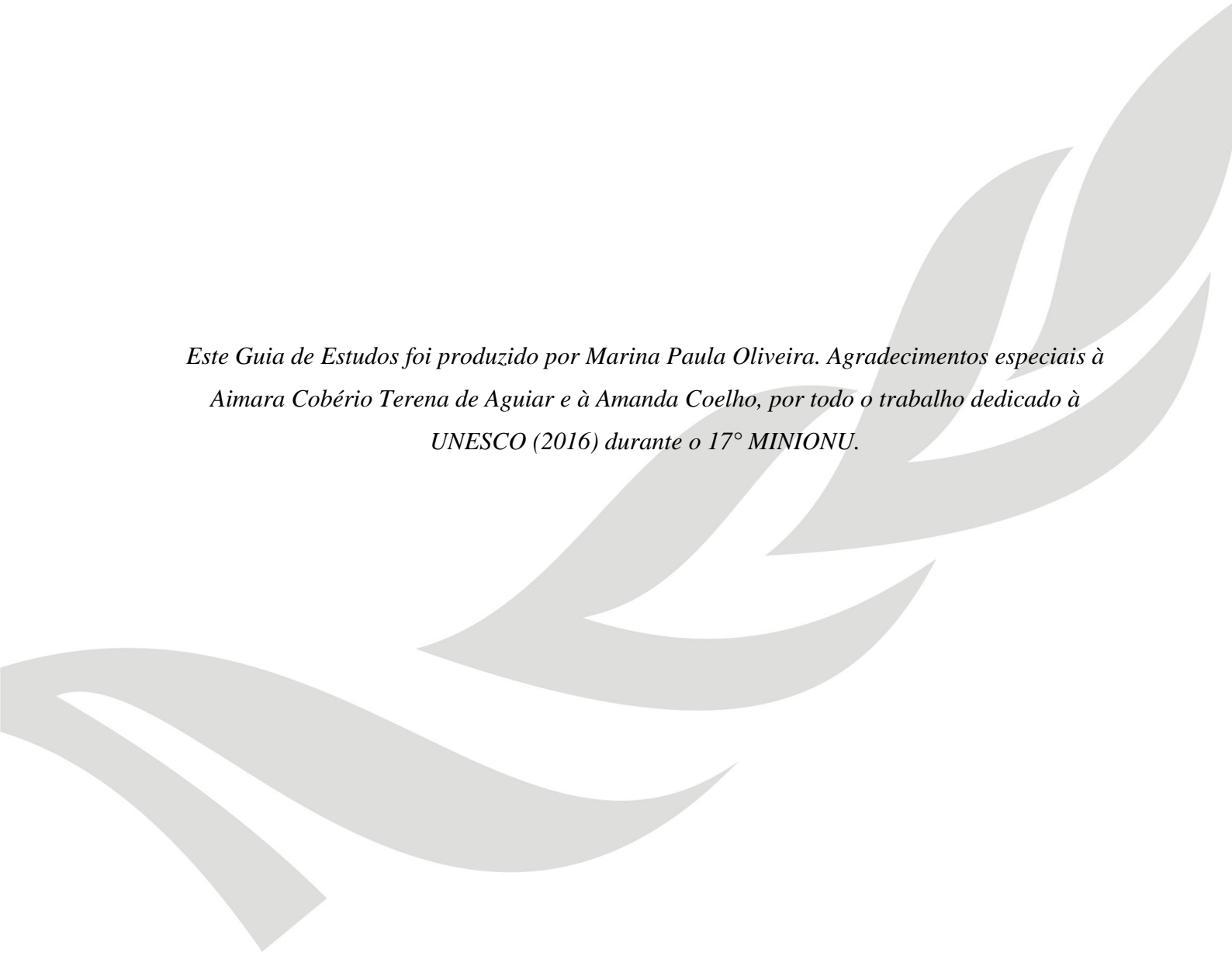
**NICOLLE RODRIGUES COUTO**



**MINIONU**



**PUC Minas**



*Este Guia de Estudos foi produzido por Marina Paula Oliveira. Agradecimentos especiais à Aimara Cobério Terena de Aguiar e à Amanda Coelho, por todo o trabalho dedicado à UNESCO (2016) durante o 17º MINIONU.*

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO DA EQUIPE</b> .....	<b>2</b>
<b>2. APRESENTAÇÃO DO TEMA</b> .....	<b>3</b>
<b>2.1 Educação: Pilar para o Desenvolvimento</b> .....	<b>4</b>
<i>2.1.1 Inovação da Educação</i> .....	<b>5</b>
<i>2.1.2 Internacionalização da Educação</i> .....	<b>6</b>
<b>2.2 Países Desenvolvidos x Em Desenvolvimento</b> .....	<b>7</b>
<b>2.3 Compartilhamento de Culturas</b> .....	<b>9</b>
<b>2.4 Desafios para a Inovação e Internacionalização da Educação</b> .....	<b>10</b>
<i>2.4.1 O Papel do Professor</i> .....	<b>10</b>
<i>2.4.2 Recursos Financeiros</i> .....	<b>13</b>
<i>2.4.3 Apoio Governamental</i> .....	<b>17</b>
<b>3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ</b> .....	<b>18</b>
<b>4. QUESTÕES RELEVANTES PARA DISCUSSÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>5. POSICIONAMENTOS DOS PRINCIPAIS ATORES</b> .....	<b>20</b>
<b>5.1 Estados Unidos</b> .....	<b>20</b>
<b>5.2 Canadá</b> .....	<b>21</b>
<b>5.3 Finlândia</b> .....	<b>21</b>
<b>5.4 Suécia</b> .....	<b>21</b>
<b>5.5 Brasil</b> .....	<b>22</b>
<b>5.6 Índia</b> .....	<b>22</b>
<b>5.7 Indonésia</b> .....	<b>22</b>
<b>5.8 Nigéria</b> .....	<b>23</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>23</b>

## 1. APRESENTAÇÃO DA EQUIPE

Senhores delegados,

O Modelo Intercolegial das Nações Unidas (MINIONU) é um projeto pedagógico importantíssimo para o desenvolvimento de diversas habilidades de estudantes dos mais variados níveis. Para mim, Marina Oliveira, e diretora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura de 2016 (UNESCO) (2016), o MINIONU é um projeto de vida. É saber que não adianta ser o aluno número 1 da classe, é preciso olhar ao redor, perceber que o outro também é gente, contribuir para o bem comum, saber ceder em certas horas, e negociar em outras. Contudo, não espero que vocês tomem meu sentido do MINIONU como seus, e sim, que vivenciem momentos inesquecíveis e construam de maneira singular, o seu próprio sentido do MINIONU.

A temática “Inovação e Internacionalização da Educação” é algo que sempre será atual. A educação, assim como o MINIONU, muda as pessoas, e as pessoas mudam o mundo. Quanto mais discutido for este assunto, mais possibilidades de melhora e efetiva implementação de novas propostas serão possíveis. O mais importante é perceber que a Educação é condição básica para qualquer ser humano, não importa em qual parte do mundo este esteja situado. Juntos, vamos quebrar preconceitos e rótulos, para que melhoremos enquanto pessoas. Vamos nos abrir para o mundo, buscar novas perspectivas com muito interesse e motivação, para que assim, o mundo se abra para nós.

Meu nome é Amanda, e quando o 17º MINIONU acontecer estarei com 21 anos e cursando o 8º período. Minha primeira participação no evento foi em 2015, como voluntária da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 2011), e estou muito grata pela oportunidade de ser diretora assistente antes de me formar ao final deste ano. Meu nome é Aimara, tenho 19 anos, estou no 3º período e este ano atuo como diretora assistente. Participei do MINIONU pela primeira vez no ano passado, como voluntária externa. Quando conheci o mundo das simulações, eu me apaixonei por ele e ainda mais pelo MINIONU.

A mesa diretora se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos. Os delegados podem entrar em contato através do e-mail institucional: [17minionunesco2016@gmail.com](mailto:17minionunesco2016@gmail.com) ou através da página no Facebook: UNESCO 2016 - 17º MINIONU. Além disso, serão disponibilizadas postagens recursivas sobre a temática no blog do Comitê, que pode ser acessado a partir do endereço: <http://17minionunesco2016.wordpress.com>.

Esperamos por vocês ansiosamente! Que venha o 17º MINIONU!

Cordialmente, Equipe UNESCO (2016)

## 2. APRESENTAÇÃO DO TEMA

De acordo com Knight e De Witt, a globalização é “o fluxo de tecnologia, economia, conhecimento, gente, valores e ideias, além das fronteiras. Afeta cada país de uma maneira diferente devido à história individual de cada nação, suas tradições, culturas e prioridades.” (KNIGHT; DE WIT, 1997, p.6). Nesse sentido, a globalização, isto é, o processo de integração social, econômico e cultural entre as diferentes regiões do planeta, tem conectado diferentes culturas, originando um contexto de interdependência a nível mundial, no qual uma sociedade é diretamente ou indiretamente afetada pelas tomadas de decisão de outras. É possível reconhecer então, que há uma necessidade em buscar mecanismos de cooperação entre instituições educacionais de nacionalidades diferentes, já que as ações de uma impactam as ações da outra. Ao considerar a era da globalização e o rápido fluxo de informações, se faz necessário desenvolver novas técnicas educacionais mais dinâmicas, que possibilitem a maximização do processo educacional de cada indivíduo, como as visuais, auditivas, interativas e práticas. (STALLIVIERI, 2003).

A globalização da cultura, da ciência e das tecnologias exige de nossos estudantes um nível de competência e de formação muito mais sólido e competitivo. Torna-se mister, então, que as instituições estejam preparadas para oferecer soluções a esses novos desafios. (STALLIVIERI, 2003, p. 3).

Tais desafios incentivam que as instituições de ensino atualizem suas estratégias de internacionalização e inovação da educação, para alcançar uma rede de conhecimento mais fortificada para seus alunos, professores e funcionários. Assim, prepará-los para um ambiente multicultural e internacional. (IBID, 2003). Não adianta se preocupar em proporcionar educação, quando o ensino oferecido não é de qualidade. Para que todos tenham acesso à educação, é fundamental que áreas como a inovação, a criatividade e as competências interculturais sejam abordadas de forma conjunta. Nesse sentido, é importante que os países em desenvolvimento, além de alcançar este acesso à educação para todos, alcancem também uma educação da melhor qualidade.

Dessa forma, o comitê se preocupará em otimizar a busca pelo acesso à educação conjuntamente às metodologias mais eficazes. É um assunto complexo no sentido de se tratar de uma proposta de países desenvolvidos em contraste aos interesses de países em desenvolvimento. Porém, pode gerar um debate muito enriquecedor e, conseqüentemente, muitos benefícios para os países em desenvolvimento.

## 2.1 Educação: Pilar para o Desenvolvimento

Em 1990 foi publicado um Relatório de Desenvolvimento Humano pela Organização das Nações Unidas (ONU), no qual a noção de desenvolvimento, que era altamente ligada aos elementos econômicos, estendeu-se para a esfera social. A ideia de desenvolvimento passou a ser, portanto, o “processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam.” (MORAIS, 2005, p. 2). Assim, para alcançar o desenvolvimento, devem ser introduzidas,

Cinco categorias de liberdades instrumentais na vida das pessoas: (1) liberdades políticas, isto é, a liberdade para se posicionar politicamente e exercer seu papel de cidadão; (2) facilidades econômicas, isto é, o direito de ter acesso às necessidades básicas de qualquer ser humano, independente de sua situação econômica; (3) oportunidades sociais, isto é, o direito de ter um futuro melhor a partir destas oportunidades; (4) garantias de transparência, isto é, o direito de ter acesso à informação; e (5) segurança protetora, isto é, o direito de se sentir protegido. (MORAIS, 2005, p. 2).

A educação ganha destaque como liberdade que deve ser desfrutada pelo indivíduo para que se atinja um determinado nível de desenvolvimento social. Sem a educação, ficam ameaçadas as categorias de liberdades políticas. Isso ocorre, uma vez que, dessa forma um indivíduo fica impossibilitado da leitura de meios de comunicação escritos e assim se torna incapaz de exercer plenamente seus deveres de cidadão. Além disso, a falta de uma educação de qualidade é um fator constrangedor de atividades profissionais e oportunidades sociais, ou seja, se uma pessoa tem acesso a uma boa educação, ela tem, automaticamente, muito mais chance de se inserir no mercado de trabalho e ter um futuro melhor do que aquela que não teve oportunidade de frequentar uma boa escola. A educação é um dos fatores fundamentais para a mudança estrutural na vida de um indivíduo que inicialmente não teve todas as facilidades desejadas para um ser humano, isto é, acesso à casa, comida, e outras necessidades básicas.

Portanto, é fundamental enxergar a educação como mecanismo para alcançar um futuro melhor. O sistema educacional não envolve conteúdos desconexos, mas sim uma gama de habilidades interdisciplinar e que propicia o respeito ao próximo. O conhecimento pode ser uma fonte de poder, uma vez que foi um instrumento de revolução e reformas institucionais ao longo da história.

### 2.1.1 Inovação da Educação

“O Século XXI já começou e com ele muitas mudanças vêm ocorrendo nas diversas áreas do conhecimento.” (FIGUEIRED, 2007, p. 1), como por exemplo, o rápido crescimento das inúmeras possibilidades de aprendizado fora da escola. A ciência e a tecnologia marcam o dia a dia de todos, e, dessa forma, os alunos absorvem informações através da internet e da televisão de maneira instantânea, não exigindo a eles esforço algum. (UNESCO, 2010).

De acordo com uma agência de notícias focada nas tendências e inovações que alteram a educação no mundo, existem dois tipos de inovações: “As inovações podem se dar de forma incremental, agregando melhorias a processos ou produtos já existentes, ou de maneira disruptiva, rompendo com o que existe e propondo novos paradigmas.” (INOVAÇÕES..., 2014, p. 5). As inovações marcam os tempos atuais em todos os campos, inclusive o educacional:

Processos de ensino e aprendizagem tradicionais não respondem mais às demandas do mundo contemporâneo, muito menos ao perfil do aluno do século XXI. O modelo atual de escola foi desenvolvido para atender às necessidades de uma sociedade que se industrializava e precisava treinar os trabalhadores para realizar tarefas menos artesanais em ambientes mais complexos. Salas de aula com muitos alunos, carteiras enfileiradas, foco em conteúdo, ensino massificado: o universo escolar acabou por incorporar muitas das características das antigas linhas de produção. (INOVAÇÕES..., 2014, p. 3).

Novas demandas surgiram, fazendo com que a educação precisasse buscar novos caminhos e novos processos de ensino e aprendizagem que respondessem a estas novas necessidades, aos novos mercados de trabalho. Para se adaptar a esta situação, muitos educadores, acadêmicos, empreendedores e gestores públicos tem investidos em inovações que tornem a educação abrangente às novas exigências existentes do cenário atual e dos alunos. (PROVIR, 2014). Estas inovações levaram grupos como o Estúdio *Abble* de Aprendizagem<sup>1</sup>, da Pipa Comunicação<sup>2</sup> e da *ABA Global Education*<sup>3</sup> a desenvolver projetos que possuem o objetivo de influenciar educadores a transformar suas aulas com o uso de *Design* e tecnologia, incentivando a inovação e a criatividade dos professores para que remodelem sua metodologia de ensino. (VICTORIA, 2016).

Dessa maneira, a educação é marcada por um conjunto de alterações que a tornam cada

---

<sup>1</sup> Especializado em tecnologias nas práticas educativas em variados níveis e cenários de aprendizagem. Reúne teoria e prática com o intuito de buscar soluções para as necessidades de gestores, professores e alunos.

<sup>2</sup> Estúdio de criação visual e editora especializada em edição de livros, consultoria e desenvolvimento de projetos inovadores em comunicação e design, voltados para educação.

<sup>3</sup> Está vinculada a um sistema mundial com mais de cem centros binacionais, que formam parcerias importantes no âmbito educacional e cultural.

vez mais necessárias. (UNESCO, 2010). A partir disso, professores e escolas passam a ter novas tarefas como estabelecer um equilíbrio entre tradição e modernidade, tornando assim, a escola um lugar mais atraente. Além disso, é necessário fornecer aos alunos uma compreensão da sociedade da informação que surgiu com as tantas mudanças presentes nos séculos XX e XXI que “revestiram uma dimensão não puramente tecnológica, mas essencialmente econômica e social.” (UNESCO, 2010, p. 186).

### ***2.1.2 Internacionalização da Educação***

Ao considerar o cenário internacional atual, a globalização e a grande era tecnológica em que o mundo se encontra, é essencial que as pessoas percebam que trocas de conhecimento científico e cultural trazem crescimento tanto a nível coletivo quanto a nível individual. O valor que a experiência e a inserção internacional agregam ao currículo de um aluno ou professor é inestimável, na medida em que se relacionar com o estrangeiro traz uma nova percepção de que não existe melhor maneira de se viver, apenas maneiras diferentes. Essa visão, conseqüentemente, resulta em uma análise menos etnocêntrica do outro, já que um indivíduo, ao perceber as peculiaridades de uma cultura diferente, parte sua análise do ponto de vista da própria cultura em questão. (STRAUSS, 1976).

Para viabilizar a discussão, o Comitê tomará como internacionalização da educação o conceito dado por Hans De Wilt (1998). Destaca-se que a internacionalização não deve ser confundida com a globalização, pois é um processo e ao mesmo tempo uma resposta à globalização, incluindo tanto aspectos internacionais quanto locais, ou seja, elementos interculturais. “A internacionalização do ensino superior é o processo de integração de uma dimensão internacional/intercultural para as funções da instituição de ensino, pesquisa e serviço.” (WILT, 1998, tradução nossa).<sup>4</sup>

A internacionalização da educação em determinada instituição de ensino não diz respeito apenas a receber professores estrangeiros e enviar alunos para instituições no exterior, mas também a criar soluções locais que possam ser usadas no nível global. É necessário ampliar a concepção acerca do conceito do internacional, o que resulta numa compreensão muito maior a respeito da diversidade cultural. Conseqüentemente, resultando no surgimento de cidadãos

---

<sup>4</sup> Internationalization of higher education is the process of integrating an international/intercultural dimension into the teaching, research and service functions of the institution.



melhores, que, reconhecendo a amplitude do ambiente internacional, sejam capazes de analisar realidades diferentes a partir do próprio ponto de partida destas. (STRAUSS, 1976).

Ao longo dos últimos anos, o fenômeno da internacionalização passou a ser estudado por vários autores em nível internacional e nacional, o que justifica as muitas mudanças ocorridas na definição de internacionalização do ensino superior. O contexto de globalização presente no atual cenário internacional acabou por demandar uma rápida adaptação das universidades, incluindo uma conexão mais eficiente com instituições estrangeiras e uma preocupação interdisciplinar com assuntos instantaneamente transmitidos pela mídia, o que reforçou o papel destas universidades na formação das sociedades atuais. (MIURA, 2006).

Segundo Altbach, o papel das universidades na formação das sociedades tem crescido devido ao fato delas fornecerem formação e treinamento aos funcionários que atuam na área de recursos humanos das principais empresas do mercado. As universidades também têm exercido papel fundamental na produção de pesquisas básicas em diferentes áreas de conhecimento, inclusive nas áreas mais inovadoras. Essas ações tem influenciado de forma significativa a sociedade do conhecimento do século XXI, o que, mais uma vez, justifica o estudo dos processos de internacionalização destas instituições para uma melhor compreensão das sociedades atuais. (ALTBACH, 2001).

Diante da complexidade ao se tratar da internacionalização de instituições de ensino, o fenômeno passou a ser estudado segundo uma abordagem de processos, isto é, por uma abordagem em redes, na qual os elementos são conectados e exercem influência direta ou indireta uns nos outros. A abordagem de processos acabou por facilitar os estudos sobre a internacionalização de instituições de ensino, visto que a internacionalização tem como um dos principais objetivos integrar a dimensão internacional e intercultural às ações e funções locais da universidade como, por exemplo, as metodologias de ensino, pesquisas desenvolvidas e serviços prestados por essas. (KNIGHT, 2004). Nesse sentido, salientando a integração da perspectiva internacional com a nacional, Teles (2005) ressalta que a importância da internacionalização universitária está ligada justamente ao “despertar de uma consciência para um novo perfil profissional necessário para atuar no mundo em rápida transformação, que lhe exige postura crítica com desenvoltura internacional.” (TELES, 2005, p. 2).

## **2.2 Países Desenvolvidos x Em Desenvolvimento**

O desenrolar da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX representou mudanças radicais em diversas esferas da sociedade, como a social, a econômica e a política. Houve uma alteração da estrutura econômica devido à aquisição das máquinas; uma revolução social, em relação ao fluxo migratório de trabalhadores que, visando a venda de sua força de trabalho, deixaram o campo em busca das grandes cidades; e uma grande revolução na área política, que, em vista da mudança de relações entre os indivíduos se depara com uma nova organização social e, conseqüentemente, uma redefinição de papéis sociais nos jogos de poder. (O'BRIEN; WILLIAMS, 2007).

O capitalismo, predominante sistema econômico no globo, baseia-se em um crescimento econômico desigual. Sendo assim, a esfera educacional não é imune a estas desigualdades. Muito pelo contrário, há uma diferença notável entre o sistema educacional dos países em desenvolvimento quando comparados aos países mais industrializados. No âmbito do século XXI a educação tornou-se um elemento fundamental quando o assunto é desenvolvimento, pois esse gera um avanço nos campos científico e tecnológico tornando-se decisiva para o crescimento econômico. (UNESCO, 2010).

De acordo com o educador Fay Chung (1996), o desequilíbrio econômico entre os dois “grupos” de países gera um desenvolvimento desigual de recursos. Isso se dá devido à oferta de uma educação básica e secundária adequada à maioria dos cidadãos dos países industrializados, em contraposição ao fato de que a maioria dos cidadãos dos países em desenvolvimento são analfabetos, ou possuem acesso apenas à educação primária ou parte dela. Desta maneira, os países considerados do terceiro mundo<sup>5</sup>, possuem um déficit de conhecimento, ou seja, desigualdades em atividades científicas e de pesquisa quando comparados aos países industrializados. (CHUNG, 1996).

Além do problema da desigualdade social entre os diferentes países causada por elementos históricos decorrentes da colonização e do imperialismo, a perda da mão de obra qualificada e especializada dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos, é outro fator extremamente relevante para explicar a desproporção de recursos entre os Estados. Isso ocorre devido à maioria dos países em desenvolvimento possuírem baixo nível de salários ou não possuírem uma estrutura adequada para empregar os profissionais de seu próprio território. Logo, isso acaba por gerar uma frustração atrelada a uma insatisfação relativa às expectativas

---

<sup>5</sup> A Teoria dos Mundos foi desenvolvida durante a Guerra Fria, para classificar os países de acordo com sua riqueza econômica. O Primeiro Mundo caracterizava os países desenvolvidos, o Segundo Mundo os países do antigo bloco socialista, e os demais países seriam o Terceiro Mundo. Atualmente também é comum classificá-los como nações desenvolvidas, emergentes e subdesenvolvidas.

criadas pelos cidadãos destes países em desenvolvimento. Conseqüentemente, há uma manutenção de uma configuração na qual o sistema de ensino dos países em desenvolvimento é organizado para suprir as necessidades dos países desenvolvidos, que, por sua vez, se esforçam para atrair os imigrantes especializados e tirar proveito desses. (UNESCO, 2010).

Além disso, é preciso reconhecer os contrastes relativos à disponibilidade de recursos para investimento na educação entre países industrializados e países em desenvolvimento. Os países chamados de terceiro mundo são possuidores de prioridades educativas diferentes em comparação aos de primeiro mundo, justamente por possuírem níveis de escolarização menos elevados e infraestruturas menos desenvolvidas. Os países em desenvolvimento querem uma maior abrangência do seu sistema educacional, enquanto os industrializados querem inovar nos seus sistemas. (UNESCO, 2010). Logo, as prioridades em matéria de utilização das tecnologias na educação serão também diferentes:

Nos países em desenvolvimento, o interesse mais imediato é a possibilidade de aumentar e de realizar economias de escala e não o acesso individualizado à interatividade; no mundo industrializado dá-se o inverso, dado que a distribuição e o acesso estão quase assegurados e que a individualização pode contar muito mais. (HANCOCK apud UNESCO, 2010, p. 187).

### **2.3 Compartilhamento de Culturas**

Lévi-Strauss, em seu texto “Raça e História” (1976) destaca a importância da relativização de pontos de vista diferentes para que não haja o preconceito, e sucessivamente fenômenos como o genocídio. Um costume, um valor específico de um povo não pode ser explicado a partir de outros valores pré-estabelecidos. Além disso, de acordo com o autor, o progresso se dá a partir, justamente, da diferença, não é um processo linear, é um fenômeno que se dá através da interação entre culturas diferentes. (STRAUSS, 1976).

Para explicar o progresso, é importante considerar o conceito de “coligação das culturas” dado por Lévi-Strauss, no qual a interação entre essas culturas diferentes não é uma relação doador-receptor, na qual um grupo cede informação enquanto outro absorve, essa relação produz uma síntese, e, essa síntese resulta no progresso. Nesse sentido, é importante ressaltar que o progresso em relação à inovação e internacionalização da educação está diretamente relacionado ao entendimento dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. (Ibid.).

Os países em desenvolvimento são os que mais sofrem de baixos índices de alfabetização e educação, e há uma riqueza de práticas e experiências espalhadas em todo o

mundo que podem evitar as consequências negativas da carência de educação. Diante disso, se faz necessário o compartilhamento destas experiências entre os países para que a disseminação do conhecimento ocorra de maneira mais eficiente, conforme defendido pela ONU (UNESCO apud MORAIS, 2005):

Para que a Década das Nações Unidas para a Alfabetização [2003-2012] tenha êxito, parcerias precisam ser estendidas e fortalecidas para compartilhar informações sobre as práticas correntes para coordenar atividades e para alavancar recursos. (UNESCO apud MORAIS, 2005, p. 4).

Além disso, a UNESCO trabalha em estreita colaboração com um amplo leque de organizações regionais e nacionais, o que é fundamental para a interação entre entidades diversas e fomentação do desenvolvimento de variadas temáticas através do compartilhamento de experiências. Cerca de 350 organizações não governamentais (ONGs) mantêm relações oficiais com a UNESCO, e outras centenas cooperam com a Organização em projetos específicos. (UNESCO, 2010).

## **2.4 Desafios para a Inovação e Internacionalização da Educação**

Existem alguns desafios que são enfrentados pelas instituições de ensino quando o assunto é a inovação e a internacionalização da educação. A seguir, os principais serão apresentados.

### ***2.4.1 O Papel do Professor***

Grande parte dos países possui acesso às tecnologias de informação, mesmo que o avanço destas tecnologias não esteja presente de forma uniformizada nestes países. O mundo está cada vez mais integrado, no qual as pessoas correm contra o tempo para acompanhar o fluxo de informações e notícias. Esta nova configuração da sociedade acaba por demandar novas técnicas em relação à alfabetização. No entanto, a inovação na área educacional enfrenta grandes desafios, principalmente em relação à aceitação e adaptação de professores e gestores da educação, que possuem dificuldade em aceitar o novo. (RIBERIO; CASTRO; REGATTIERA, 2007). Portanto, quando o assunto é a incorporação de novas tecnologias ao processo educativo, há uma exigência por parte dos professores em relação aos conhecimentos

teóricos sobre elas, mas também competências tecnológicas para saber selecioná-las e utilizá-las adequadamente:

(...) as tecnologias por si mesmas não são capazes de operar mudanças na relação pedagógica, elas podem servir tanto para reforçar um modelo educativo conservador, quanto para apoiar uma aprendizagem contextualizada, interdisciplinar, interativa, colaborativa e prazerosa. Os momentos de capacitação precisam ser voltados para a reflexão, compreensão e avaliação do “lugar” que elas ocupam no contexto de cada escola e do seu potencial de apoio às ações pedagógicas. (RIBERIO; CASTRO; REGATTIERA, 2007, p. 14).

De acordo com pesquisadores da UNESCO, o próximo século será marcado por ser um tempo em que, por toda parte, indivíduos e poderes públicos considerarão a busca do conhecimento, não apenas como meio para alcançar um fim, mas como fim em si mesmo. (DELORS et al, 1996). Essa busca incessante pelo conhecimento enfatiza cada vez mais o papel do professor na concretização desta aspiração.

A contribuição dos professores é crucial para preparar os jovens, não só para encarar o futuro com confiança, mas para divulgá-lo eles mesmos de maneira determinada e responsável. É desde o ensino primário e secundário que a educação deve tentar vencer estes novos desafios: contribuir para o desenvolvimento, ajudar a compreender e, de algum modo, a dominar o fenômeno da globalização, favorecer a coesão social. Os professores têm um papel determinante na formação de atitudes — positivas ou negativas — perante o estudo. Devem despertar a curiosidade, desenvolver a autonomia, estimular o rigor intelectual e criar as condições necessárias para o sucesso da educação formal e da educação permanente. (DELORS et al, 1996, p. 152).

Nesse sentido, a importância do papel do professor enquanto agente de mudança é fundamental para que jovens alunos aprendam a ser mais tolerantes, cosmopolitas, sem preconceitos étnicos ou culturais, e mais entendam também que a sua opinião não é uma verdade absoluta. É por isso que os professores carregam consigo uma grande responsabilidade em relação à formação do “espírito das novas gerações”. (DELORS et al, 1996). É importante ressaltar também que o professor não é aquele que apenas transmite conhecimentos, mas “aquele que ajuda os seus alunos a encontrar, organizar e gerir o saber guiando, mas não modelando” (DELORS et al, 1996, p. 155) seus alunos como se fossem resultados de uma produção em massa. Quando os professores assumem o papel de mentores ou orientadores, eles ensinam seus alunos a adquirir autonomia, criatividade e curiosidade, o que é fundamental para encarar o mundo atual.

As crianças têm acesso a cada vez mais diferentes fontes de informações, na qual muitas das vezes entram em contradição com o que é ensinado na escola. (DELORS et al, 1996). Pode ser muito difícil lidar com alunos de diferentes realidades e condições sociais numa mesma sala

de aula, na qual o conhecimento concorre não só com os problemas particulares de cada um, mas também contra o trabalho infantil, as drogas, a fome, a pobreza e a violência. Diante das inúmeras alternativas e possibilidades oferecidas aos jovens, fica bastante complicado prender a atenção dos mesmos dentro da sala de aula.

O aumento da população escolar no mundo acabou por demandar um recrutamento em massa de professores, que se deu muitas vezes com recursos financeiros limitados, e que nem sempre selecionou aqueles candidatos qualificados. (DELORS et al, 1996). A falta de financiamento e meios pedagógicos, assim como a superlotação de turmas atreladas a entrada de alunos na escola com condições social e familiar precária, proporciona aos professores péssimas condições de trabalho assim como os defrontam com uma realidade que nem sempre estão preparados para enfrentar. Por isso, é essencial que haja investimento na capacitação de futuros professores, conforme abordado pelo Relatório da UNESCO, Educação: um tesouro a descobrir, escrito em 1996:

Para melhorar a qualidade da educação é preciso, antes de mais nada, melhorar o recrutamento, a formação, o estatuto social e as condições de trabalho dos professores, pois estes só poderão responder ao que deles se espera se possuírem os conhecimentos e as competências, as qualidades pessoais, as possibilidades profissionais e a motivação requeridas. (DELORS et al, 1996, p. 153).

No entanto, a responsabilidade cabível aos professores não pode servir como desculpa para culpar políticas de educação ou sistemas educacionais ineficazes. A sociedade tem cada vez mais espaço para opinar nas decisões relativas à organização escolar:

Esta chamada de atenção sobre as tarefas tradicionais ou novas que incumbem aos professores não se deve prestar a ambiguidades. Não deve, por exemplo, servir de justificativa aos que culpam as políticas de educação, tidas como más, de todos os males da sociedade. Pelo contrário é à própria sociedade, em todos os seus componentes, que cabe remediar as graves disfunções que a afetam e reconstituir os elementos indispensáveis à vida social e às relações interpessoais. (DELORS et al, 1996, p. 154-155).

Dessa forma, de acordo com pesquisadores da UNESCO, para melhorar a qualidade e a motivação dos professores, algumas medidas devem ser tomadas, sendo elas:

- 1) Recrutamento — Ampliar o recrutamento através de uma conduta mais criteriosa e seletiva e, dessa forma, aperfeiçoar a seleção dos candidatos. (DELORS et al, 1996, p. 159).
- 2) Formação inicial — Estreitar as relações entre as universidades e os institutos de formação de futuros professores do primário e do secundário. (DELORS et al, 1996, p. 159).

3) Formação contínua — Os programas de formação contínua devem ser desenvolvidos, para serem disponibilizados em tecnologias de comunicação apropriadas, de forma a ser uma frequente ferramenta de consulta para os professores. (DELORS et al, 1996, p. 159).

4) Professores de formação pedagógica — Para que as práticas educativas sejam reestruturadas, o recrutamento e aprimoramentos dos professores de formação pedagógica deve receber uma atenção especial. (DELORS et al, 1996, p. 160).

5) Controle — É preciso refletir sobre os mecanismos para reconhecer e gratificar os bons professores. Além disso, o controle corresponde a sustentar um diálogo sobre a inovação dos saberes, métodos e fontes de informação, e inspecionar o desempenho dos professores. (DELORS et al, 1996, p. 160).

6) Gestão — Em certos casos, os educadores ocupam funções administrativas que os distraem dos fins e métodos de ensino. Faz-se necessário recuperar os sistemas de gestão para reformar a direção das instituições de ensino. (DELORS et al, 1996, p. 160).

7) Participação de agentes exteriores à escola — Indivíduos que possuem experiência prática nas temáticas ensinadas nas escolas profissionais, podem ser vinculados ao processo pedagógico. O mesmo pode-se dizer dos pais e familiares dos alunos. (DELORS et al, 1996, p. 160).

8) Condições de trabalho — Devem ser oferecidas condições de trabalho adequadas e remuneração conivente com outras categorias de emprego que exijam nível de formação correspondente. (DELORS et al, 1996, p. 160).

9) Meios de ensino — A eficácia da formação pedagógica está ligada à qualidade dos meios de ensino e dos manuais. Os programas escolares precisam ser renovados, e meios tecnológicos devem ser incorporados. Isso possibilita uma maior difusão dos documentos audiovisuais, e do acesso à informática; além de divulgar novos conhecimentos, ensinar competências e mensurar aprendizagens. (DELORS et al, 1996, p. 161).

#### **2.4.2 Recursos Financeiros**

A melhora na Educação requer gastos financeiros tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento, mesmo que sejam gastos em proporções diferentes. Os custos são, em grande medida, um dos maiores obstáculos para os investimentos necessários na esfera educacional. As dificuldades financeiras dos países do “terceiro mundo”, por sua vez, não se comparam com as dos países desenvolvidos, visto que estes mais pobres, além de lidar

com os atrasos de escolarização, têm que lidar também com as necessidades ligadas ao aumento demográfico e a escassez de recursos disponíveis. (UNESCO, 2010). “Não existe uma resposta única para o problema do financiamento da educação, dadas as diferenças entre os níveis de desenvolvimento econômico e entre os sistemas educativos dos diferentes países.” (UNESCO, 2010, p. 180). O quadro a seguir mostra alguns dados numéricos relativos às despesas públicas com o ensino no período de 1980 a 1992:

TABELA 1: Despesas públicas com o ensino entre 1980 e 1992

	Dólares americanos (bilhões)				Porcentagem do PNB			
	1980	1985	1990	1992	1980	1985	1990	1992
<b>TOTAL MUNDIAL*</b>	526,7	566,2	1017,0	1196,8	4,9	4,9	4,9	5,1
<b>Países em desenvolvimento:</b>	102,2	101,2	163,4	209,5	3,8	4,0	4,0	4,2
• África Subsaariana	15,8	11,3	15,2	16,0	5,1	4,8	5,3	5,7
• Estados Árabes	18,0	23,6	24,7	26,0	4,1	5,8	5,2	5,6
• América Latina/ Caribe	34,2	28,9	47,1	56,8	3,9	4,0	4,1	4,4
• Leste Asiático/Oceania	16,0	20,1	31,8	41,4	2,8	3,2	3,0	3,1
— China	7,6	7,7	9,1	9,8	2,5	2,6	2,3	2,0
• Ásia do Sul	12,8	14,7	35,8	60,4	4,1	3,3	3,9	4,4
— Índia	4,8	7,1	11,9	10,0	2,8	3,4	4,0	3,7
• Países menos avançados	3,1	2,7	4,2	4,1	2,7	2,8	2,9	2,8
<b>Países desenvolvidos:</b>	424,5	465,0	853,6	987,3	5,2	5,1	5,1	5,3
• América do Norte	155,1	221,6	330,2	369,7	5,2	5,1	5,4	5,7
• Ásia/Oceania*	73,0	79,3	160,8	225,5	5,8	5,1	4,8	4,8
• Europa*	196,3	164,2	362,6	419,3	5,1	5,1	5,0	5,2

\* Não estão incluídos os países da antiga URSS.

Fonte: UNESCO. *Rapport mondial sur l'éducation 1995*, p. 108. Paris, 1995.

Fonte: DELORS et al, 1996

Como pode ser observado, as despesas públicas com a educação representam cerca de 5% do produto nacional bruto mundial. Há, contudo,

Diferenças consideráveis que refletem a desigual repartição da riqueza no mundo, mas que resultam, também, de um esforço financeiro relativamente mais importante nos países desenvolvidos (5,3% do PNB em 1992) do que nos países em desenvolvimento (4,2% do PNB). (UNESCO, 2010, p. 177).

Quando a temática é o investimento na educação, os sistemas educativos se deparam com a concorrência na utilização dos recursos públicos com os outros domínios de intervenção do Estado, suportando as dificuldades globais do orçamento e das opções políticas no que se refere à repartição dos recursos públicos. No entanto, tendo em vista a importância atribuída ao



processo educacional para o desenvolvimento social, é importante alocar esforços para aumentar os recursos públicos consagrados ao setor da educação. (UNESCO, 2010).

As situações financeiras dos países se diferem muito, sobretudo entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, onde a pressão demográfica é maior, os recursos disponíveis são menos abundantes e as taxas de escolarização são extremamente baixas, “sobretudo em certas regiões como a África subsaariana, devido a vários fatores como o abrandamento da atividade econômica ou o peso da dívida externa.” (UNESCO, 2010, p. 178). Portanto, como já mencionado anteriormente, é fundamental que os recursos públicos destinados à Educação sejam ampliados em todos os países, principalmente nos países em desenvolvimento, na medida em que se trata de um investimento essencial para o futuro (UNESCO, 2010): “O desenvolvimento da educação permite, de fato, lutar contra um conjunto de fatores de insegurança: desemprego, exclusão social, desigualdades de desenvolvimento entre nações, conflitos étnicos ou religiosos.” (UNESCO, 2010, p. 180). De acordo com Serge Péano, responsável pelo programa “Custo e Financiamento da Educação” do Instituto Internacional de Planejamento da Educação (UNESCO-IIEP), e citado no relatório de 2010:

Os sistemas educativos têm por missão formar os indivíduos para a cidadania, assegurar a transmissão de conhecimentos e de cultura entre gerações, e desenvolver as aptidões pessoais, formando pessoas qualificadas na qual as economias virão a ter necessidade no futuro. (UNESCO apud PEÁNO, 2010, p. 180).

Sendo assim, é importante reconhecer que os gastos com a educação não se tratam apenas de uma despesa como outra qualquer, mas sim “um investimento econômico e político, gerador de benefícios no longo prazo.” (UNESCO, 2010, p. 180). Portanto, o investimento educativo é condição essencial para o desenvolvimento e deve ser protegido em períodos de crise. Nesse sentido, a mobilização de recursos financeiros privados não é descartável, mas sim essencial para limitar a pressão exercida sobre os orçamentos dos Estados:

O recurso a financiamentos privados será necessariamente diferente segundo a situação de cada país e não põe em causa a participação financeira do Estado. Esta participação continua a ser primordial, sobretudo nos países mais pobres onde o recurso a fundos privados não bastaria, por si só, para assegurar um financiamento são e duradouro do sistema educativo. São várias as formas de financiamento privado: participação — ainda que limitada — das famílias ou dos estudantes nos custos da escolaridade; responsabilização das comunidades locais por uma parte dos custos de construção e manutenção das escolas; envolvimento de empresas no financiamento da formação profissional; autofinanciamento parcial, no caso de escolas técnicas e profissionais ou de universidades, graças ao estabelecimento de contratos de pesquisa. (UNESCO, 2010, p. 182).

Existem outras alternativas para o investimento na educação, como por exemplo os sistemas de financiamento misto, combinando fundos públicos e privados em proporções variáveis segundo os níveis de ensino, assegurando sempre a gratuidade da educação básica. (UNESCO, 2010). Tratar das formas de investimento disponíveis para a educação é importante, porém, mais importante ainda é definir em qual arena da educação os recursos devem ser investidos em ordem de precedência. No caso da educação, é, geralmente na educação básica, onde o dinheiro produz o rendimento mais elevado:

Por uma questão de equidade, o governo deve cuidar para que nenhum aluno que possua as aptidões requeridas deixe de ter acesso à educação por não ter meios para pagar. Sendo a diferença entre benefício pessoal e rendimento social mais acentuada no ensino superior do que na educação básica, há boas razões para pensar que os alunos do ensino superior e suas famílias aceitarão suportar uma parte do custo dos estudos. Os governos podem igualmente estimular os financiamentos privados responsabilizando-se por alguns dos riscos que fazem com que as instituições financeiras hesitem em conceder empréstimos para o financiamento de estudos superiores. (UNESCO, 2010, p. 182-183).

Dessa forma, segundo o já citado Relatório divulgado pela UNESCO em 1996, os poderes públicos poderiam combinar taxas e investimentos eficazes no setor público. Para tanto, alguns princípios básicos seriam:

- 1) Gratuidade da educação básica, com responsabilização de alguns dos custos por parte das comunidades locais. (DELORS et al, 1996, p. 183).
- 2) Cobrança seletiva de taxas administrativas, com concessão de bolsas a determinados alunos. (DELORS et al, 1996, p. 183).
- 3) Cobrança generalizada de taxas no ensino superior público combinada com empréstimos, deduções fiscais e outros mecanismos que permitam aos estudantes sem recursos adiar o pagamento dos estudos até o momento em que comecem a ganhar a vida e atribuição seletiva de bolsas. (DELORS et al, 1996, p. 183).
- 4) Garantia de acesso a um ensino primário de qualidade para todas as crianças. (DELORS et al, 1996, p. 183).
- 5) Ampliação do acesso ao ensino secundário geral. (DELORS et al, 1996, p. 183).
- 6) Racionalização das despesas públicas a nível das escolas. (DELORS et al, 1996, p. 183).

Em consonância a esses gastos educacionais, é necessário também mobilizar recursos em favor de grupos populacionais menos favorecidos, buscando desenvolver estratégias contra o insucesso escolar. Esses gastos incluem transporte público para crianças que habitam regiões mais afastadas da escola, assim como merenda escolar para aqueles estudantes que carecem de tal suporte. É preciso, antes de tudo, evitar que a educação aumente as desigualdades sociais, disponibilizando um financiamento público que assegure a equidade e a coesão social.

### **2.4.3 Apoio Governamental**

Muito se discute sobre o papel que o governo detém no processo de reformas educacionais. As estratégias de reforma em todos os países devem ser pautadas, primeiramente, pela análise minuciosa dos sistemas educacionais, seguida de um longo debate público, de forma a encontrar um consenso democrático. (UNESCO, 2010). Nesse sentido, uma das primeiras medidas que os atores governamentais podem tomar consiste em suscitar um amplo acordo entre os diferentes atores sobre a importância da educação e sobre o seu papel na sociedade:

(...) Sobretudo nos países em desenvolvimento, só um diálogo permanente com todos os partidos políticos, associações profissionais ou outras, sindicatos e empresas, pode assegurar estabilidade e durabilidade aos programas educativos. O diálogo deve começar logo na concepção do programa e prolongar-se ao longo da sua concretização, oferecendo a possibilidade de avaliações e ajustamentos. (DELORS et al, 1996, p. 174).

Uma outra medida eficiente que deve ser tomada pelo governo local é a descentralização administrativa das escolas. Acredita-se que dando mais autonomia aos sistemas de ensino, estes podem contribuir para o desenvolvimento e a disseminação da inovação. Trata-se de trazer atores sociais diversificados para fazerem parte da tomada de decisão na esfera educacional. (UNESCO, 2010). Esta autonomia dos estabelecimentos de ensino possibilita que a distribuição de uma parte significativa dos recursos atribuídos possa ser decidida em nível de escola:

(...) Em certos casos podem criar-se estruturas especiais, por exemplo, comitês de pais (ou alunos) e de professores, que se pronunciarão sobre a gestão da escola, ou sobre alguns aspectos dos programas educativos. De uma maneira geral convém desenvolver, em cada estabelecimento de ensino, processos que definam o papel dos diferentes atores, favorecendo a cooperação entre professores, direção e pais, assim como o diálogo com o conjunto da comunidade local. A prática da negociação e da conciliação na gestão de estabelecimentos de ensino e na vida escolar constitui, em si mesma, um fator de aprendizagem democrática. (DELORS et al, 1996, p. 173).

A educação não pode ser regulada através de um jogo de mercado, pois se trata de um bem coletivo. Portanto, o papel do político, é justamente o de expor as alternativas disponíveis a esses novos atores da forma mais clara possível, e assegurar que seja criada uma regulamentação geral com suas devidas adaptações. (UNESCO, 2010). Essa função é fundamental para a melhoria nos sistemas educacionais, principalmente ao considerar o interesse de alguns setores da sociedade em transformar a educação em uma mercadoria:

Seja qual for a organização do sistema educativo, mais ou menos descentralizado ou mais ou menos diversificado, o Estado deve assumir um certo número de responsabilidades para com a sociedade civil, na medida em que a educação constitui um bem de natureza coletiva que não pode ser regulado apenas pelas leis de mercado. Trata-se, em particular, de criar um consenso nacional sobre educação, de assegurar uma coerência de conjunto e de propor uma visão a longo prazo. (DELORS et al, 1996, p. 174).

Além disso, o governo tem papel fundamental quanto à canalização de energias e à valorização de iniciativas que ajudem a promover a melhora na educação. Esse papel redistributivo do Estado em favor de grupos minoritários ou desfavorecidos é indispensável, principalmente quando o objetivo é evitar que o acesso à educação seja recusado a determinadas pessoas ou grupos sociais. (DELORS et al, 1996).

No mundo contemporâneo, o acesso ao conhecimento perpassa pelo aprimoramento das novas tecnologias da informação e da comunicação. Existem várias formas de fazê-lo, como explorar as novas tecnologias para desenvolver e diversificar o ensino à distância. (UNESCO, 2010). Essas tecnologias também podem ser usadas para expandir a educação de adultos, o que contribui para a formação contínua de professores. Para viabilizar o acesso ao conhecimento, a UNESCO se propõe a lançar programas de divulgação das novas tecnologias. No entanto, é importante reconhecer também a necessidade de melhorar as condições que são prévias à utilização das tecnologias, como divulgar-las por toda a sociedade, e fortalecer as infraestruturas e particularidades dos países em desenvolvimento. (UNESCO, 2010).

### **3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ**

As políticas sociais da UNESCO estão centradas nos jovens. Elas visam atenuar as desigualdades econômicas e sociais, e a crescente disparidade entre os países em desenvolvimento e aqueles desenvolvidos. Ao considerar que os principais objetivos da UNESCO são: globalizar a educação; fomentar a paz; promover a livre circulação de informação entre os países e a liberdade de imprensa; definir e proteger o Patrimônio da

Humanidade Cultural ou Natural – algo material ou imaterial que deve ser preservado; e defender a expressão das identidades culturais, estabelece-se que as questões às quais o órgão dá ênfase são a educação, o desenvolvimento, a urbanização, a juventude, a população, os direitos humanos, a igualdade da mulher, a democracia e a paz. (UNESCO, 2009). Nesse sentido, a UNESCO busca otimizar essas arenas de conhecimento em cada país através das seguintes ações:

(1) Assistir os países na formulação de políticas educacionais; (2) desenvolver e difundir materiais sobre melhores práticas, manuais de treinamentos de professores, planejados para abranger ampla gama de temas, desde o desenvolvimento sustentável à educação para a paz; (3) estabelecer novos padrões e normas, por exemplo, para a educação técnica e vocacional e a convalidação de estudos da educação superior; (4) identificar novas tendências e estratégias apropriadas para lidar com temas emergentes na área da educação. (UNESCO, 2010, p. 5).

Ao compreender as funções atribuídas a este órgão, a Conferência realizada por este comitê irá reunir 30 países desenvolvidos e em desenvolvimento, a fim de discutir como desenvolver e ampliar novas metodologias educacionais nas sociedades atuais, inclusive naquelas mais desfavorecidas socialmente. Além disso, é importante ressaltar que o comitê tem caráter recomendatório, isto é, as decisões tomadas não são de cumprimento obrigatório, o que não desqualifica as decisões e acordos estabelecidos pelo debate. As reflexões discutidas são fundamentais para a difusão do tema, assim como desempenham papel importante em relação à elaboração de sugestões para órgãos de caráter mandatório.

É preciso que os países desenvolvidos compartilhem suas experiências na melhoria da educação em seus países. A UNESCO pretende trabalhar através da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, da transferência de recursos financeiros ou materiais, e das relações bilaterais e multilaterais. Portanto, mais do que buscar meios para expandir o acesso à educação no ensino básico, garantir o acesso das crianças na educação, expandir as oportunidades para jovens e adultos, diminuir a taxa de analfabetismo, eliminar as disparidades de gênero e garantir a qualidade da educação, o comitê buscará compreender as diferenças entre as metodologias de ensino, para sucessivamente tentar desenvolver, captar recursos e implantar novos métodos de ensino.

#### **4. QUESTÕES RELEVANTES PARA DISCUSSÃO**

Considerando as ideias acima explanadas, e a importância da inovação e da internacionalização para a educação, surgem algumas questões que fazem parte da possível agenda do comitê. A seguir apresentamos os pontos relevantes à serem discutidos nesse comitê:

- 1) Como desenvolver novas metodologias para o processo educacional a nível internacional?
- 2) Como internacionalizar a educação visando o desenvolvimento de competências interculturais no ensino?
- 3) Como promover a inovação nos métodos educacionais de forma conjunta ao acesso à educação para aqueles países que não oferecem educação para todos?
- 4) Como captar recursos que possam ser aplicados na inovação da educação dos países em desenvolvimento?
- 5) Como estabelecer critérios de mutualidade para a cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento?
- 6) Quais são os compromettimentos, por parte de cada país, necessários para o desenvolvimento da cooperação internacional entre os atores estatais?

## **5. POSICIONAMENTOS DOS PRINCIPAIS ATORES**

Dentre os principais atores, é importante destacar quatro países em desenvolvimento (Brasil, Índia, Indonésia e Nigéria) que representam alguns dos mais populosos do mundo focados em alcançar as metas para a educação propostas pela UNESCO. Por outro lado, há quatro países (Estados Unidos, Canadá, Finlândia e Suécia) referência no desenvolvimento de metodologias de ensino inovadoras e que abrangem grande parte da população local, o que pode ser compartilhado com os demais países.

### **5.1 Estados Unidos**

Os EUA representam um dos países mais inovadores quando o assunto é educação. Estão cada vez mais direcionados para metodologias de ensino que incluem ensino à distância, ensino de conteúdo didático por meio de jogos e por meio de uma série de equipamentos e tecnologias de alto nível que facilitam o processo de educação. (3 METÓDOS..., 2014). Além disso, o país se destaca também na internacionalização do ensino, visto que estabelece parcerias

com diversos países e recebem grandes investimentos na área de pesquisa para a inovação da educação. Os estudantes ainda possuem a oportunidade de participar de diversos projetos, atividades extracurriculares, podendo escolher quais serão algumas das suas disciplinas cursadas. No entanto, há certa dificuldade em viabilizar certas parcerias com instituições de ensino públicas de outros países, visto que a questão da mutualidade na cooperação se apresenta como um desafio.

## **5.2 Canadá**

O Canadá é o país do Grupo dos Oito (G8) que mais investe em educação. Em 1993, gastou 8% do seu Produto Nacional Bruto em ensino, e 95% dos pais optam por matricular seus filhos em escolas públicas devido ao reconhecimento mundial da qualidade de ensino. (SISTEMA..., 2016). Pioneiro em implantar o ensino a distância (EAD), atualmente o país oferece mais de 10 mil opções de cursos. Quem opta por estudar no Canadá tem ainda a possibilidade de praticar dois idiomas, inglês e francês, além de oportunidades de pesquisa e bolsas de estudo através do Programa de Empréstimo ao Estudante Canadense. Não existe um sistema de ensino federal. Cada província possui responsabilidade exclusiva pelo ensino, refletindo a sua herança histórica e cultural. (EDUCAÇÃO..., 2013).

## **5.3 Finlândia**

Na Finlândia, o professor é visto com respeito - profissionalismo e responsabilidade envolvem a profissão. Há um currículo nacional básico, que dita as linhas gerais do que deve ser ensinado, mas o docente pode escolher os métodos, os livros, o tipo de didática e inclusive optar ou não pelo uso da tecnologia. Os professores têm autonomia para trabalhar em sua sala de aula e estão em constante processo de formação, através de cursos diversos. Os profissionais trabalham com recursos visuais, interativos, práticos, teóricos, a fim de abranger todos os estudantes, visto que cada um tem facilidade em aprender de uma forma. (REY, 2011).

## **5.4 Suécia**

Tal como na Finlândia, o sistema escolar sueco está baseado na autonomia. Desde 1991, foi delegada muita responsabilidade para as escolas, para os gestores e para a municipalidade. O governo e o parlamento ditam a forma e os objetivos a seguir e as escolas devem fazer

avaliação periódica para constatar se as exigências legais estão sendo seguidas. (CANETTIERI, 2010).

## **5.5 Brasil**

Atualmente, as políticas públicas brasileiras incentivam recursos financeiros a serem angariados para o recrutamento e treinamento de professores nos estados mais pobres. No entanto, o país ainda enfrenta grandes desafios como a má remuneração de professores, o que leva muitos profissionais a assumirem vários turnos simultâneos, impossibilitando a preparação de metodologias de ensino atrativas e eficientes. Por outro lado, este não é o único problema enfrentado. O Brasil tem direcionado esforços para a inclusão de afrodescendentes, indígenas, portadores de necessidades especiais, adultos e de pessoas mais desfavorecidas economicamente, para a participação em projetos educacionais, para a qualidade do aprendizado e para a erradicação da pobreza, mas ainda tem um longo caminho a percorrer, visto o alto índice de desigualdade social presente no país. (UNESCO, 2015a).

## **5.6 Índia**

Países superpopulosos como a Índia tendem a possuir um número substancial de pessoas fora da escola. A precária infraestrutura das estradas, eletricidade e água; e a falta de planejamento e políticas governamentais, têm muita influência sobre o acesso ao ensino. A presença de meninas é particularmente sensível às distâncias e melhorias na infraestrutura. Por outro lado, apesar de a probabilidade de meninas ingressarem nas escolas ser menor, o risco de meninos não progredirem ou completarem um ciclo educacional é maior, o que têm repercussões diretas nas relações de gênero. Além disso, o significativo fluxo de migração das áreas rurais, agrava ainda mais a situação dos moradores de áreas urbanas sem infraestrutura adequada no país, locais onde o número de escolas é pequeno. (UNESCO, 2015).

## **5.7 Indonésia**

No que diz respeito ao acesso ao primeiro nível da educação secundária, a Indonésia foi um dos poucos países a diminuir significativamente a desigualdade rural/urbana nesse aspecto. Há muitos anos escolas religiosas representam um importante aliado na oferta de educação a grupos desfavorecidos, sendo uma alternativa para muitas famílias na Indonésia. Contudo, a



permanência de meninas nas escolas é dificultada pelos casamentos precoces e a gravidez adolescente, características da religião islâmica. Em 1974, foi estabelecida uma Lei Nacional sobre Matrimônios, mas nenhuma mudança na redução do casamento infantil foi observada, um processo que tem sido moroso em todo o globo. (UNESCO, 2015).

## 5.8 Nigéria

Ausência de orientação apropriada aos diretores escolares e professores, infraestrutura escolar precária, e falta de manutenção, são características desse país. O progresso da Nigéria é lento, em razão, principalmente, de líderes políticos corruptos, conflitos religiosos e étnicos, e uma democracia enfraquecida. A concepção islâmica da educação é um obstáculo a uma ampliação do ensino formal no país. Adicionalmente, a nação possui grupos nômades que estão entre os indivíduos que menos têm acesso ao ensino no mundo. Uma aprendizagem aberta e a distância seria ideal para atender essas populações pastoris. (UNESCO, 2015).

## 6. REFERÊNCIAS

3 MÉTODOS Educacionais Eficientes que Saem do Padrão. **Playdea**, [S.l.]: 4 mar. 2014. Disponível em: <<http://blog.playdea.com.br/3-metodos-educacionais-eficientes-que-saem-padroao/>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

ALTBACH, Philip G. **Educación Superior Comparada: el conocimiento, la universidad y el desarrollo**. Buenos Aires: Universidade de Palermo, 2001.

CANETTIERI, Ana Cristina. **A Educação na Finlândia e na Suécia e as Razões do Sucesso na Avaliação do PISA**. [S.l.]: CADEC, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/r30dO>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

CHUNG, Fay. **A Educação Faz a Diferença: Educação Básica – Novos Desafios para o Século XXI**. [S.l.: s.n.]: 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/mZQ9pJ>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

DELORS, Jacques et al. **Educação um tesouro a descobrir**. [S.l.]: UNESCO, 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/iLbi1c>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

EDUCAÇÃO. **Government of Canada**, [S.l.]: 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/Dm41T1>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

FIGUEIREDO, Maria. **Mudanças no século XXI**. [S.l., s.n.]: 2007. Disponível em: <<https://fmaria.wordpress.com/2007/05/03/mudancas-no-seculo-xxi/>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

INOVAÇÕES Tecnológicas na Educação: Contribuições para Gestores Públicos. **Porvir**, [S.l.]: jul. de 2014. Disponível em: <[http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/Inovações-Tecnológicas-na-Educação\\_Constribuições-para-gestores-públicos-1.pdf](http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/Inovações-Tecnológicas-na-Educação_Constribuições-para-gestores-públicos-1.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**. Thousand Oaks, v. 8, n. 1, p. 5-31, mar. 2004.

KNIGHT, Jane; DE WIT, H. (eds). **Internationalization of Higher Education in Asia Pacific Countries**. Amsterdam: European Association for International Education, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

MIURA, Irene K. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: Um Estudo de Três Áreas do Conhecimento**. 2006. 381 f. Tese – Mestrado em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/HX4Iap>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

MORAIS, Michelle. Cooperação Sul-Sul em alfabetização: Rumo ao desenvolvimento humano. **Revista da Alfabetização Solidária**. São Paulo, v. 5, n. 5, 2005.

O'BRIEN, R.; WILLIAMS, M. **Global Political Economy**. 4. ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2007.

REY, Beatriz. **Os segredos da Finlândia**; [S.l.]: Revista Educação, 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.com.br/textos/151/os-segredos-da-finlandia-234672-1.asp>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

RIBERIO, Antonia; CASTRO, Jane Margareth de; REGATTIERA, Marilza Machado Gomes. **Tecnologias Na Sala de Aula: Uma Experiência em Escolas Públicas do Ensino Médio**. [S.l.]: UNESCO, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/b0LM2v>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

STALLIVIERI, Luciane. O Processo de Internacionalização nas Instituições de Ensino Superior. **Educação brasileira**, Brasília, v. 24, n. 48-49, p. 35-57, 2003.

SISTEMA Educacional no Canadá. **CAPS-I**, [S.l.]: 2016. Disponível em: <<http://www.caps-i.ca/pt/education-in-canada/>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

TELES, Adriane C. T. O. Internacionalização Acadêmica: Um Percorso de Desafios. **Revista da UFG**, Goiás, v. 7, n. 2, dez. 2005.

UNESCO. **Overcoming Inequality: Why Governance Matters**. Oxford: Oxford University Press, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001776/177683e.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

UNESCO. **UNESCO: O Que É? O Que Faz?** [S.l.]: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001887/188700por.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

UNESCO. **Educação para Todos 2000-2015: Progressos e Desafios**: [S.l.]: UNESCO, 2015a. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

VICTORIA, Maria. **Curso Incentiva que Professores Sejam Criativos e Inovem Usando Tecnologia**. [S.l.]: Porvir, 2016. Disponível em: <<http://porvir.org/cursos-incentivam-professores-sejam-criativos-inovem-usando-tecnologia>> Acesso em: 25 mar. 2016.